



Instrumento Convocatório nº 9/2017

Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ, criada pela Lei n.º 10.233, de 2001, em atendimento aos ditames da Lei n.º 12.815, de 2013, e do Decreto nº 8.033, de 2013, e consoante as políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor portuário nacional, em vista dos requerimentos, cujos parâmetros estão descritos no Anexo I, torna público que receberá até 25/01/2018 pedidos de autorização para construção e exploração de instalação portuária na região geográfica de Paranaguá, Estado do Paraná.

I- DA PARTICIPAÇÃO NO ANÚNCIO PÚBLICO

1. Poderão participar do Anúncio Público empresas ou entidades constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, isoladamente ou em Consórcio, devendo manifestar formalmente seu interesse no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua publicação.
2. Cada empresa ou participante deverá ter até 2 (dois) Representantes Credenciados, por meio de instrumento de procuração específico.
 - 2.1. No caso de empresas consorciadas, a indicação deverá ser da empresa líder.

II- DA ACEITAÇÃO E RESPONSABILIDADE

3. A participação de Interessados fica condicionada à aceitação dos termos do presente Instrumento Convocatório e da legislação atinente à matéria, sendo de sua responsabilidade a análise de viabilidade técnica e econômico-financeira dos projetos

III - DO ACESSO À INFORMAÇÃO

4. O presente Instrumento Convocatório e todos os documentos, atos e informações pertinentes ao Anúncio Público, serão disponibilizados, em mídia eletrônica, na Secretaria Geral - SGE da ANTAQ, em sua sede, no SEPN - Quadra 514 - Conjunto "E" - Edifício ANTAQ, Brasília/DF, no período de 26/12/2017 a 25/01/2018, das 8h00 às 18h00, bem como na página eletrônica da Agência no endereço <http://www.portal.antaq.gov.br>

IV- DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO ANÚNCIO PÚBLICO

5. Os pedidos de autorização de instalação portuária que ensejaram a abertura do presente Instrumento Convocatório poderão ter sua documentação adequada ao disposto no Decreto nº 8.033, de 2013, e na Resolução nº 3.290 – ANTAQ, de 2014, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante referido no item 1 deste instrumento, ratificando suas pretensões, sob pena de sua exclusão do presente Anúncio Público.
6. Outros interessados em obter autorização de instalação portuária na região geográfica objeto do presente Instrumento Convocatório devem manifestar formalmente, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante referido no item 1 deste instrumento, seu interesse por meio de

requerimento protocolado na sede ANTAQ, instruído com a documentação (formato físico e digital) referida no Anexo II, em original ou em cópia autenticada em cartório ou pela própria ANTAQ ou publicada em órgão da imprensa oficial

7. Interessados organizados em Consórcio deverão apresentar requerimento à ANTAQ, por intermédio de sua empresa líder, instruído com o compromisso de constituição de consórcio, no Brasil, subscrito pelos consorciados e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, além dos documentos (formato físico e digital) referidos no Anexos II.

7.1. A documentação relacionada aos itens 2, 3 e 4 do anexo II deverá ser fornecida por cada um dos consorciados.

V - DA GARANTIA DE PROPOSTA

8. O objeto do presente Anúncio Público deverá ser assegurado mediante apresentação de Garantia de Proposta que deverá ter prazo compatível com o período de conclusão relativo a cada etapa que assegura.

9. A Garantia da Proposta, correspondente a 1,0% (um por cento) do valor global do investimento constante do Memorial Descritivo do Anexo II, limitada a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme modelo de Carta de Apresentação de Garantia de Proposta descrito no Anexo IV, e deverá ser prestada por cada um dos Interessados em favor da ANTAQ, inclusive por aqueles que ensejaram a abertura do presente Instrumento Convocatório, no prazo referido no item 1 deste instrumento.

9.1. A Garantia de Proposta de que trata o *caput* deste item, será plenamente restituída após da assinatura do Contrato de Adesão.

9.2. A Garantia de Proposta deverá ter a ANTAQ como beneficiária e o interessado como tomador, devendo possuir prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação do pedido de autorização, ou ratificação dos requerimentos que ensejaram a abertura do presente Anúncio Público, devendo ter prorrogado o seu prazo de validade pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às expensas dos próprios interessados, caso expire antes da assinatura do Contrato de Adesão, sob pena de desclassificação no presente certame.

9.3. A Garantia de Proposta poderá ser executada pela ANTAQ, mediante prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) inadimplemento total ou parcial, por parte do interessado, das obrigações por ele assumidas em virtude de sua participação no Anúncio Público;
- b) apresentação pelo interessado dos documentos referidos nos Anexos II em desconformidade com o estabelecido neste Instrumento Convocatório;
- c) recusa do interessado em celebrar o Contrato de Adesão;
- d) se o interessado praticar atos visando frustrar os objetivos do Anúncio Público;
- e) cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelos interessados à ANTAQ, em virtude de sua participação no Anúncio Público, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a Garantia de Proposta; e
- f) desistência do pedido de autorização pelos interessados ou dos requerimentos que ensejaram a abertura do presente Anúncio Público após sua ratificação.

10. A Garantia de Execução Contratual será exigida apenas no caso de realização de processo seletivo público, correspondente a 2,0% (dois por cento) do valor global do investimento

constante do Memorial Descritivo do Anexo II (Limitado a R\$ 500.000,00 - Resolução 4.875/16-ANTAQ, deverá ser prestada em favor do Poder Concedente, conforme condições previstas na minuta do Contrato de Adesão.

10.1. O valor integral da garantia de execução será restituído após a emissão do “Termo de Liberação da Operação - TLO” da instalação portuária.

10.2. Para empreendimentos cuja integralidade operacional será atingida após a execução de diferentes fases do projeto, a garantia de execução será restituída de forma proporcional à entrada em operação das respectivas fases, após a emissão do “Termo de Liberação da Operação parcial”.

11. As modalidades de garantia referidas anteriormente poderão ser as seguintes:

11.1. Caução em dinheiro, por meio de depósito, que deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal definida pelo próprio Interessado, com base no art. 82, do Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no Decreto-lei nº. 1.737, de 20 de dezembro de 1979, devendo ser encaminhada à ANTAQ a via original do beneficiário e complementado por depósitos anuais referentes ao montante decorrente dos reajustes do valor, conforme disposto no parágrafo 5.2 do Anexo VII/A ou do Anexo VII/B;

11.2. Títulos da dívida pública federal, limitados apenas a Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN-C, ou Notas do Tesouro Nacional - série F - NTN-F, devidamente escriturados, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

11.3. Seguro-garantia, prestado por seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do Anexo VII/A e Anexo VII/B;

11.4. Fiança bancária, prestada por estabelecimento bancário autorizado pelo Banco Central, com registro em Cartório de Registros de Títulos e Documentos, na forma do modelo que integra o Anexo VIII/A e Anexo VIII/B, devendo o fiador renunciar expressamente aos benefícios previstos nos artigos 827 e 835, do Código Civil Brasileiro.

12. Com exceção das garantias na modalidade de fiança bancária e seguro-garantia, que obrigatoriamente devem estar em sua forma original na primeira via, todos os demais documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada, e rubricados pelos respectivos Representantes Credenciados.

VI - DA ANÁLISE E CONCLUSÃO DO ANÚNCIO PÚBLICO

13. Encerrados os procedimentos, a Diretoria Colegiada da ANTAQ encaminhará a documentação ao poder concedente para decidir acerca da expedição da autorização e sua formalização por meio de contrato de adesão.

14. Será passível de autorização pelo Poder Concedente, o requerimento aderente às diretrizes do planejamento e das políticas setoriais, nas seguintes situações:

14.1. Único habilitado no âmbito do presente Instrumento Convocatório, desde que não apresente inviabilidade locacional para implantação e operação concomitante com outras instalações portuárias existentes; ou

14.2. Mais de um habilitado, desde que não haja inviabilidade locacional para implantação e operação concomitante com outras instalações portuárias existentes ou habilitadas no âmbito do presente Instrumento Convocatório.

15. Os Interessados, cujos projetos das instalações portuárias pretendidas possam causar

impedimento locacional a outra instalação portuária existente ou não, terão prazo de 30 (trinta) dias para reformular suas propostas.

15.1. Eliminado o impedimento locacional após a reformulação das propostas essas deverão ser novamente submetidas à aprovação do poder concedente.

15.2. Caso o impedimento locacional envolver instalação portuária existente, e caso não haja adaptação, a proposta será inabilitada.

15.3. Caso o impedimento locacional envolva dois ou mais Interessados, não havendo a composição entre as partes no prazo estipulado no *caput*, as propostas serão objeto de processo seletivo público, a ser instaurado pela ANTAQ por meio de instrumento convocatório específico.

VII - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ADESÃO

16. A(s) autorização(es) objeto do presente Instrumento Convocatório será(ão) formalizada(s) mediante Contrato de Adesão a ser celebrado(s), entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA e o(s) Interessado(s) selecionado(s), com interveniência da ANTAQ, conforme modelo constante do Anexo VII.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17. A inabilitação do Interessado implicará no arquivamento do respectivo processo.

18. Os prazos começam a contar a partir da data da publicação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

19. Quaisquer documentos apresentados pelo Interessado, cuja validade se expire no curso da instrução processual do presente Anúncio Público, deverão ser reapresentados até a Etapa da conclusão do exame de viabilidade locacional do empreendimento, sob pena de inabilitação do requerimento.

ADALBERTO TOKARSKI

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio de Jesus Marques Soares, Gerente de Autorização de Instalações Portuárias**, em 18/12/2017, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º da Portaria nº 210/2015-DG da ANTAQ.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0405304** e o código CRC **BEA7199F**.

ANEXO I - PARÂMETROS DA INSTALAÇÃO PORTUÁRIA

Anúncio Público 09/2017 - Região Geográfica: Paranaguá/PR					
Item	Modalidade da Instalação	Perfil de Cargas	Estimativa de cargas	Área total Pretendida	Investimento previsto
1	Terminal de Uso Privado (TUP)	Granel Sólido Carga Geral Granel Líquido Contêiner	12.5000.000 ton 1.500.000 ton 1.200.000 m ³ 125.000 TEUs	460.000 m ²	R\$ 3.653.902.166,00

A documentação completa do requerimento da empresa Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logísticas Ltda., que ensejou a abertura do presente Anúncio Público, bem como o texto do Instrumento Convocatório, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da ANTAQ nos links a seguir:

- Documentação completa do requerimento: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/instalacoes-portuarias-2/instalacoes-portuarias/requerimentos-de-autorizacao/>
- Instrumento Convocatório: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/instalacoes-portuarias-2/instalacoes-portuarias/anuncios-publicos/>

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. Declaração de Adequação do empreendimento às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário emitida pelo poder concedente (Redação dada pelo Decreto nº 9.048/2017).
2. Ficha cadastral devidamente preenchida, nos termos do anexo III;
3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios da eleição de seus administradores, com mandato em vigor, registrados no órgão competente;
4. Certidão de breve relato emitida pela Junta Comercial do estado onde se situa a sede da requerente;
5. Prova de inscrição da sede da requerente no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), bem como da instalação portuária, quando constituída sob a forma de filial;
6. Memorial descritivo das instalações do terminal, contendo:

- a. Descrição da poligonal das áreas por meio de coordenadas georreferenciadas, discriminando separadamente a área pretendida em terra, a área pretendida para a instalação física sobre a água, a área pretendida para berços de atracação e a área necessária para a bacia de evolução e para o canal de acesso. A representação gráfica das áreas deverá ser apresentada em planta de situação, identificando e demarcando as vias de acesso aquaviário (marítimo, fluvial ou lacustre) e terrestre (rodoviário, ferroviário e dutoviário), e outros empreendimentos situados nas adjacências do terminal - em especial outras instalações portuárias, quando houver - em escala adequada, com legendas e cotas, contendo o nome e assinatura do responsável técnico, bem como número de registro junto ao respectivo conselho regional de classe;
 - b. Descrição de todos os acessos ao terminal: aquaviário (marítimo, fluvial ou lacustre) e terrestre (rodoviário, ferroviário e dutoviário), existentes e a serem construídos;
 - c. Descrição do terminal, identificando as instalações de acostagem, os respectivos berços de atracação e suas finalidades, as instalações de armazenagem, as áreas de circulação, as instalações gerais e as instalações de suprimentos, com as respectivas destinações e capacidades;
 - d. Especificação da embarcação-tipo de projeto por berço de atracação, informando o tipo de embarcação, seu comprimento, boca e calado e porte bruto, em TPB;
 - e. Descrição dos principais equipamentos e dispositivos para carga e descarga das embarcações e para movimentação das cargas nas instalações de armazenagem, informando, quando couber, a quantidade existente, capacidade e utilização;
 - f. Cronograma físico e financeiro, se couber;
 - g. Estimativa de movimentação de cargas;
 - h. Valor global do investimento, devendo ser apresentado com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, contendo o nome do responsável técnico pela elaboração do orçamento do projeto, sua assinatura e número de registro no CREA/CAU;
7. Título de propriedade do terreno, inscrição de ocupação, certidão de aforamento ou contrato de cessão sob regime de direito real, ou outro instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição da área;
 8. Último comprovante de recolhimento da taxa de ocupação ou do foro do ano em exercício ou Certidão

Negativa de Débitos Patrimoniais do Imóvel;

9. Garantia da proposta, nos termos especificados neste Anúncio;
10. Consulta à autoridade aduaneira;
11. Consulta ao respectivo poder público municipal;
12. Emissão, pelo órgão licenciador, do termo de referência para os estudos ambientais com vistas ao licenciamento, ou licença ambiental cabível emitida pelo órgão competente ou ainda a dispensa de licença;
13. Documentação comprobatória de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica, bem assim de que se encontra regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e de que não possui qualquer registro de processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial;
14. Parecer favorável da autoridade marítima quanto ao cumprimento dos termos da NORMAM-11/DPC, que trata da realização de obras sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras, no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação nas áreas de responsabilidade da instalação portuária, quando couber;
15. A ANTAQ diligenciará à SPU para análise da disponibilidade de terreno e/ou espaço físico em águas públicas da União, nos termos da regulamentação específica editada pela SPU.
16. Planta de locação das instalações do terminal, identificando as instalações de acostagem com indicação dos berços de atracação, as instalações de armazenagem, as áreas de circulação, as instalações gerais e as instalações de suprimentos existentes e projetadas, em escala adequada, com cotas, bem assim contendo a demarcação das áreas constantes da certidão de propriedade do terreno; devendo ser apresentada com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, contendo o nome do responsável técnico, sua assinatura e número de registro no CREA/CAU;
17. Planta das instalações de acostagem, em escala adequada, contendo vista superior e cortes transversais, com cotas, devendo ser apresentada com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, contendo o nome do responsável técnico, sua assinatura e número de registro junto ao CREA/CAU.

18. Declaração da Autoridade Portuária de que a interessada, assim como as pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, sejam-lhe controladoras, controladas, coligadas, ou de controlador comum, se encontram, perante ela, adimplentes ou Declaração de próprio punho da interessada de que não se utiliza de infraestrutura terrestre ou aquaviária construída e/ou mantida por Autoridade Portuária
19. Apresentação de todos os CNPJ das empresas pertencentes ao grupo econômico da requerente (controladoras, controladas, coligadas e controlador comum) ou declaração de sua inexistência.
20. Declaração informando que a interessada assim como as pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, sejam-lhe controladoras, controladas, coligadas, ou de controlador comum, se encontram, perante ela adimplentes.

ANEXO III - FICHA CADASTRAL

FICHA DE CADASTRO			
DADOS DA EMPRESA			
01 - Empresa:			
02 - Endereço da Sede (Rua, Avenida, etc)			03 - Número:
04 - Complemento:	05 - Bairro:	06 - Município:	07 - UF:
08- CPF	09 - (DDD) Telefone:		10 - (DDD) Fax:
11 – CNPJ/MF: (Sede)		12 - Endereço Eletrônico:	
RESPONSÁVEL			
13 - Nome:		14 - Cargo (diretor/administrador /procurador):	
15 - (DDD) Telefone Fixo e Celular		16 - Correio Eletrônico:	
DADOS DO TERMINAL			
17 - Nome do Terminal:			
18 - Endereço do Terminal:			19 - Número:

20 - Complemento:			21 - Bairro:
22 - Município:	23 - UF:	24 - CEP:	25 - (DDD) Telefone::
26 - FAX:		27 - CNPJ	28 - Correio Eletrônico:
29 - Nome do Responsável pelo Terminal:		30 Cargo:	
31 - (DDD) Telefone Fixo e Celular :			32 - Correio Eletrônico:
33 - Capacidade de Armazenagem (Estática)		34 - Área do terreno (m²) alodial:	
35 - Área em terra aforrada (m²):		36 - Área em Terra m² (34 + 35):	
37 - Área de acostagem (construção sobre água) m²:		38 - Área total m² (36 + 37):	
39: Prazo de execução dos investimentos indicados:		40 – Valor Global do investimento:	
OUTRAS OBSERVAÇÕES			
Local, data e assinatura:			

ANEXO IV -

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE GARANTIA DE PROPOSTA

[Local], [dia] de [mês] de [201x]

Prezados Senhores,

[Interessado], por seu(s) representante(s) legal(is), nos termos do item 9 deste Instrumento Convocatório de Anúncio Público, esclarece pelo presente instrumento a modalidade e o valor da Garantia da Proposta, que deverá totalizar o valor de R\$ [valor da garantia da proposta], correspondente a [porcentagem] (porcentagem por extenso) do valor global do investimento na Instalação Portuária, limitada a R\$[Valor do limite].

Garantia:

Nº	Modalidade	Valor
1		
2		
N		

Atenciosamente,

[local], [dia] de [mês] de [ano]

[Proponente]

[representante legal]

ANEXO V

CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA GARANTIA DE PROPOSTA

Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia

- 1. Tomador**
 - 1.1. Interessado

- 2. Segurado**
 - 2.1. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

3. Objeto do Seguro

3.1. Garantir o cumprimento das obrigações contraídas pelo Interessado perante a ANTAQ, nos termos do Instrumento Convocatório e seus Anexos, devendo o Segurado ser indenizado, pelo valor fixado no item 5 abaixo, quando ocorrer qualquer descumprimento, aplicação de penalidades ou inadimplemento.

4. Instrumento

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observados os atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia.

5. Valor da Garantia

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever os valores de indenização, conforme item 09 do Instrumento Convocatório de Anúncio Público:

5.2. A Garantia será reajustada anualmente, de acordo com a fórmula a seguir transcrita:

$$G_t = G_{t-1} \times (1 + IPCA_p)$$

Onde:

G_t é o valor da Garantia reajustada;

G_{t-1} é o valor da Garantia em vigor;

$IPCA_p$ é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); acumulado do período compreendido entre o mês do ultimo reajuste e o mês do reajuste em questão.

6. Prazo

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, devendo ser renovada em conformidade com o previsto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público e seus Anexos.

7. Disposições Adicionais

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- a) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do Instrumento Convocatório de Anúncio Público e seus Anexos;
- b) vedação ao cancelamento da Apólice de Seguro-Garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio;
- c) confirmado o descumprimento pelo Tomador das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador;
- d) as questões judiciais que se apresentem, entre Seguradora e Segurado, serão resolvidas na jurisdição de domicílio do Segurado.

ANEXO VI
Garantia de Proposta - Modelo de Fiança Bancária

[local], [dia] de [mês] de [201X]

À Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Ref.: Carta de Fiança Bancária nº. [xxxxx] (“Carta de Fiança”) R\$ [xxxx] (· Reais)

1. Pela presente Carta de Fiança, o Banco [Nome do Banco], com sede em [Sede do Banco], inscrito no C.N.P.J/M.F. sob nº [Número do C.N.P.J/M.F. do Banco Fiador] , [Nome do Banco Fiador] diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com sede em Brasília, Distrito Federal, SEPN - Quadra 514 - Conjunto "E" - Edifício ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08, com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela [Nome da Empresa], empresa constituída na forma de [Forma da empresa afiançada], com sede em [Município], [Estado], na [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob o nº [Número do C.N.P.J/M.F. da empresa afiançada], [Nome da empresa afiançada], em virtude do Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 09/2016, de [data do anúncio público], cujos termos, cláusulas e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.

2. Em consequência desta Carta de Fiança, obriga-se o Banco Fiador a pagar à ANTAQ, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Afiançada em virtude do Instrumento Convocatório do Anúncio Público e seus Anexos, o valor de R\$[Valor] ([Valor por extenso]).

OBS(1): Os valores indicados acima deverão ser reajustados anualmente de acordo com a fórmula a seguir:

$$F_t = F_{t-1} \times (1 + IPCAp)$$

Onde:

F_t é o valor da Fiança reajustada; F_{t-1} é o valor da Fiança em vigor;

IPCAp é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); acumulado do período compreendido entre o mês do ultimo reajuste e o mês do reajuste em questão.

3. Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito dos valores acima indicados, a pagar pelos prejuízos causados pela Afiançada, bem como multas aplicadas pela ANTAQ em virtude do Instrumento Convocatório de Anúncio Público, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes títulos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pela ANTAQ.

4. O Banco Fiador não poderá admitir nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante a ANTAQ nos termos desta Carta de Fiança.

5. O Banco Fiador e a Afiançada não poderão alterar qualquer dos termos da Fiança sem a prévia e expressa autorização da ANTAQ.

6. Sempre que a Afiançada se utilizar de parte do total da Fiança, o Banco Fiador obriga-se a efetuar imediata notificação à Afiançada para que esta proceda, dentro de 10 (dez) dias úteis da data da utilização, à recomposição do montante integral da Fiança.

7. Na hipótese de a ANTAQ ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas judiciais ou extrajudiciais.

8. A Fiança vigorará pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, contados desta data, conforme as condições mencionadas no item 09 do Instrumento Convocatório de Anúncio Público.

9. Declara o Banco Fiador que:

9.1 a presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da Legislação Bancária aplicável;

9.2 os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade; e

9.3 seu capital social é de R\$ [Valor] (Valor por extenso), estando autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de R\$ [Valor] (Valor por extenso), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

10. Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta de Fiança terão os significados a eles atribuídos no Instrumento Convocatório de Anúncio Público.

[assinatura dos procuradores com firma reconhecida]

[Assinatura da Testemunha 1]

[Assinatura da Testemunha 2]

ANEXO VII

CONTRATO DE ADESÃO

CONTRATO DE ADESÃO N° ____/____ - MTPA

CONTRATO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL – MTPA, COM A INTERVENIÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, E A EMPRESA [.....].

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**, criado pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º

andar, CEP 70044-902, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.115.342/0001-67, doravante denominada **PODER CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Ministro de Estado Chefe do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Exmo. Senhor Maurício Quintella Malta Lessa, nomeado pelo Decreto de 12 de maio de 2016, publicado no D.O.U. de 13 de maio de 2016, brasileiro, casado, bacharel em Direito, portador da Carteira de Identidade nº 687.575 emitida pela SSP/AL, inscrito no CPF-MF sob o nº 803.556.334-34, com a interveniência da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, autarquia especial, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede no SEPN Quadra 514 - Conjunto E, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.903.587/0001-08, neste ato representado Diretor Geral da ANTAQ, Senhor Adalberto Tokarski, nomeado por Decreto Presidencial de 6 de julho de 2016, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 264.2690 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 219.034.331-34, doravante denominada **INTERVENIENTE**, e [empresa], pessoa jurídica de direito privado, com sede na [endereço], [CEP] [município/UF], inscrita no CNPJ/MF sob o nº[xxxx], neste ato representada por seu [cargo], Senhor [nome],[nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Cédula de Identidade nº [xxx – órgão emissor/UF], inscrito no CPF/MF sob o nº [XXXX], e por seu [cargo], Senhor [nome],[nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Cédula de Identidade nº [xxx – órgão emissor/UF], inscrito no CPF/MF sob o nº [XXXX], doravante denominada **AUTORIZADA**, celebram o presente Contrato de Adesão, o qual sujeita as partes ao disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 (Alterado pelo decreto 9.048/2017) e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à espécie, e ainda, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no disposto no § 2º, do ar. 1º; incisos IV, V, VI e VII, do art. 2º; no art. 8º, 9º 12 e 59, parágrafo único, da Lei nº 12.815, de 2013, no Decreto nº 8.033, de 2013 (alterado pelo Decreto 9.048/2017), que disciplina a exploração de Instalações Portuárias sob o regime de autorização e atribui competência à UNIÃO para a celebração do presente instrumento, bem como na correspondente regulamentação sobre as políticas e diretrizes do setor portuário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO

O presente contrato constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições

do direito privado.

Subcláusula Primeira

O regime jurídico para a exploração da Instalação Portuária observará as disposições da Lei nº 12.815, de 2013 e 10.233, de 2001; e do Decreto nº 8.033, de 2013 (alterado pelo decreto 9.048/2017), no que couber, bem como as normas editadas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Subcláusula Segunda

A autorização, objeto do presente contrato, será outorgada à AUTORIZADA, que explorará a Instalação Portuária por sua conta e risco.

Subcláusula Terceira

A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda e qualquer prática prejudicial à livre competição, bem como o abuso do poder econômico, adotando, nestes casos, as providências previstas no artigo 31, da Lei nº 10.233, de 2001.

A AUTORIZADA deverá elaborar e divulgar em seu sítio eletrônico relação de todos os serviços prestados e respectivos preços por ela cobrados dos usuários, bem como encaminhá-la à ANTAQ em até 5 (cinco) dias após sua divulgação.

Subcláusula Quarta

A ANTAQ poderá disciplinar as condições de acesso, por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias autorizadas, assegurada remuneração adequada ao titular da autorização, nos termos do art. 13, da Lei nº 12.815, de 2013 e do Decreto nº 8.033, de 2013(alterado pelo Decreto 9.048/2017).

Subcláusula Quinta

Os contratos para movimentação e armazenagem de cargas celebrados entre a AUTORIZADA e terceiros, rege-se-ão, exclusivamente, pelas normas de direito privado, sem participação, responsabilidade ou estabelecimento de qualquer relação jurídica com o poder público.

Subcláusula Sexta

Aplica-se o disposto na Subcláusula anterior à contratação de mão de obra, seja ela em regime avulso ou com vínculo empregatício.

Subcláusula Sétima

A AUTORIZADA deverá observar as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, ambiental, aduaneira, sanitária, de saúde, de polícia marítima, dentre outras que atuem no setor portuário.

Subcláusula Oitava

Não se qualifica como direito adquirido da AUTORIZADA a permanência das condições vigentes na data desta autorização ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas

por lei e pela regulamentação, que fixará prazo suficiente para adaptação, nos termos do art. 47, da Lei nº 10.233/2001.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a autorização, pelo PODER CONCEDENTE, para a construção e exploração, pela AUTORIZADA, de Instalação Portuária, na modalidade de [.....], localizada na [.....], Município de [.....], Estado do [.....], para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Subcláusula Primeira

A presente autorização compreende a movimentação e/ou armazenagem de [Perfil de Carga], conforme declarado pela AUTORIZADA, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

Subcláusula Segunda

A alteração da carga movimentada na Instalação Portuária dependerá de avaliação e aprovação do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Terceira

A Instalação Portuária encontra-se localizada [dentro ou fora] da área do porto organizado, tendo sido atendidos os requisitos de habilitação técnica e jurídica, bem como a condição de regularidade fiscal, exigidos no edital do Anúncio Público de nº [.....], conforme comprovam os documentos constantes do Processo Administrativo nº [.....], em atendimento à legislação em vigor.

Subcláusula Quarta

Considera-se carga destinada ou proveniente de transporte aquaviário aquela movimentada de ou para embarcação em operação na Instalação Portuária.

Subcláusula Quinta

A área autorizada para exploração da Instalação Portuária corresponde a [.....]m², em terreno de propriedade da AUTORIZADA ou do qual detenha o direito de uso e fruição para a finalidade deste contrato, compreendendo inclusive as benfeitorias que integram as respectivas instalações.

A referida área autorizada para exploração da Instalação Portuária é localizada no Município de [...], Estado de [...], cuja poligonal é descrita no Memorial Descritivo nas fls. [...] do Processo nº [.....].

Subcláusula Sexta

Fica dispensada a celebração de novo contrato de adesão ou a realização de novo anúncio público, dependendo somente da aprovação do poder concedente, desde que haja viabilidade locacional.

Subcláusula Sétima

Poderá ser dispensada a aprovação do poder concedente quando a ampliação de área não implicar a necessidade de novo exame de viabilidade locacional, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Subcláusula Oitava

O aumento da capacidade de movimentação ou de armazenagem da Instalação Portuária dependerá de prévia aprovação por parte do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Oitava

A execução de obras de instalações para acostagem deverá respeitar a projeção dos limites da área da Instalação Portuária sobre o espaço físico em águas públicas, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Nona

Poderá ser autorizado o compartilhamento das infraestruturas de acostagem pertencentes à instalação portuária objeto do presente Contrato de Adesão, nos termos do art. 41, caput, Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, ou em regramentos correlatos que versem sobre a matéria e que venham a ser elaborados pela ANTAQ.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A autorização pressupõe a prestação de serviço adequado por parte da AUTORIZADA, relativo às operações de movimentação de cargas, bem como de armazenagem de cargas, entendendo-se como serviço adequado aquele que satisfaz as condições de eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua execução e modicidade dos preços praticados.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Incumbe à AUTORIZADA executar as obras de construção, ampliação, expansão e modernização relativas à Instalação Portuária, podendo fazê-lo direta ou indiretamente, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança das pessoas, bens e instalações, à preservação do meio ambiente, à administração aduaneira, à

infraestrutura de acesso aquaviário e ao tráfego marítimo.

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO DA OPERAÇÃO E HABILITAÇÃO AO TRÁFEGO INTERNACIONAL

O início da operação da Instalação Portuária construída, ampliada, expandida ou modernizada estará condicionado à emissão, pela ANTAQ, do Termo de Liberação de Operação - TLO, após atendimento das exigências contidas em regulamento específico.

Caberá à ANTAQ a habilitação da Instalação Portuária ao tráfego internacional, quando requerido, após o cumprimento das etapas estabelecidas em regulamento específico.

Subcláusula Primeira

O início da operação da instalação portuária deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma constante no anexo II exigido no edital do Anúncio Público de nº [...] do Processo nº [...], sob pena de aplicação de penalidade pela ANTAQ.

Subcláusula Segunda

A prorrogação dos prazos previstos no cronograma do Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de nº [...] do processo nº [...] poderá ocorrer mediante requerimento justificado da AUTORIZADA, nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei 12.815, de 2013, e art. 26, §§ 1º e 2º, do Decreto 8.033, de 2013 (alterado pelo Decreto 9.048/2017).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO

A AUTORIZADA estará obrigada a remunerar a Administração do Porto Organizado sempre que fizer uso de infraestrutura por ela operada e/ou mantida.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização terá vigência por 25 (vinte e cinco) anos, contados da data da assinatura deste contrato, prorrogável por períodos sucessivos, consoante o disposto no art. 8º, da Lei nº 12.815, de 2013.

A AUTORIZADA deverá manifestar seu interesse na prorrogação do presente Contrato de Adesão com 18 (dezoito) meses de antecedência de sua expiração, devendo apresentar proposta de novos investimentos para expansão e modernização das instalações portuárias, consoante o disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 12.815, de 2013.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Incumbe à AUTORIZADA a execução do presente contrato, respondendo pelos prejuízos causados à

UNIÃO ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela ANTAQ exclua ou atenua essa responsabilidade.

Subcláusula Primeira

Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o caput, a AUTORIZADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo do presente contrato.

Subcláusula Segunda

É vedada a subautorização, sendo permitida, mediante aprovação pelo PODER CONCEDENTE, a transferência da titularidade da autorização a terceiros.

Na hipótese acima, deverá ser observada a preservação do objeto e demais condições originalmente estabelecidas, bem como o atendimento, por parte do novo titular, aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos pertinentes.

Subcláusula Terceira

O titular da Instalação Portuária é o responsável pela inexecução ou execução deficiente das atividades previstas nesse contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Garantia de Execução Contratual, exigível somente no caso de realização de processo seletivo público, deverá ser prestada pela AUTORIZADA na forma estabelecida pelas normas específicas da ANTAQ.

Subcláusula Primeira

A AUTORIZADA está obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:

I - renovar o prazo de validade das modalidades que vencerem na vigência do Contrato, comprovando sua renovação ao PODER CONCEDENTE, 30 (trinta) dias antes de seu termo final.

II - reajustar a Garantia de Execução Contratual periodicamente, conforme previsto no Instrumento Convocatório nº [...], complementando o valor resultante da aplicação do reajuste periódico sobre o montante inicial;

III - repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento

abrangidas pela Garantia de Execução Contratual no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa ou discussão, judicial ou administrativa, e da constatação de dolo ou culpa;

IV - responder pela diferença de valores, na hipótese de a Garantia de Execução Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos; e

V - submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da Garantia de Execução Contratual por qualquer das modalidades admitidas.

Subcláusula Segunda

A Garantia de Execução Contratual, que será contratada pela AUTORIZADA nos termos previstos no processo seletivo público estabelecido pela ANTAQ, deverá ser executada pelo PODER CONCEDENTE, mediante prévia notificação e sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação, nos seguintes casos:

I - nas hipóteses de inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela AUTORIZADA no presente Contrato de Adesão;

II - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato de Adesão e de regulamentos editados pelo PODER CONCEDENTE e pela ANTAQ; e

III - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas ao PODER CONCEDENTE, em decorrência das disposições contratuais ou regulamentos da ANTAQ, ressalvados os tributos.

Subcláusula Terceira

O valor equivalente da Garantia de Execução Contratual apresentado originalmente será devolvido integralmente após a emissão do “Termo de Liberação de Operação - TLO” da instalação portuária.

Subcláusula quarta

Para empreendimentos cuja integralidade operacional será atingida após a execução de diferentes fases do projeto, a garantia de que trata o caput da Cláusula Décima será restituída de forma proporcional à entrada em operação das respectivas fases, após a emissão do Termo de Liberação de Operação – TLO parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DA ANTAQ

O regime jurídico estabelecido para exploração da Instalação Portuária confere à ANTAQ, em relação ao presente contrato, a prerrogativa de:

I - fiscalizar a realização de obras de construção, ampliação, expansão e modernização da Instalação Portuária;

II - acompanhar e exigir o cumprimento dos cronogramas de execução, operação e realização de investimentos previstos pela AUTORIZADA e discriminados no Anexo II exigido no edital do Anúncio Público nº [...] do processo nº [...];

III - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares pertinentes à autorização, bem como as cláusulas do presente contrato;

IV - fiscalizar a operação da Instalação Portuária, atentando para o cumprimento das disposições legais e normativas;

V - fiscalizar a prestação dos serviços, com observância aos padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade dos preços praticados;

VI - aplicar sanções motivadas pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, bem como às disposições legais e regulamentares que regem a presente autorização; e

VII - estimular o aumento da qualidade e da produtividade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

Constituem obrigações da AUTORIZADA:

I - fixar em local visível e manter em bom estado de conservação, a placa identificadora da Instalação Portuária, conforme modelo estabelecido pela ANTAQ;

II - enviar periodicamente à ANTAQ, relatório informando o estágio de evolução da construção ou da ampliação da Instalação Portuária;

III - informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da ocorrência, a interrupção da prestação de serviços da atividade portuária, bem como o seu reinício;

IV - informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, alterações de controle societário, substituição de administradores e mudança de endereço;

V - integrar-se ao Sistema Permanente para o Acompanhamento dos Preços e Desempenho Operacional dos Serviços Portuários (Sistema de Desempenho Portuário - SDP), disponível na página

eletrônica da ANTAQ na internet, bem como encaminhar, por meio desse sistema, até o 10º dia do mês subsequente, relatório contendo, no mínimo:

a) natureza, tipo, quantidade e peso, na unidade de medida estabelecida pela ANTAQ, de cargas e passageiros movimentados na Instalação Portuária;

b) procedimentos operacionais, equipamentos e infraestrutura da Instalação Portuária para carga e descarga de embarcações desatracadas no mês-referência, considerando as datas e horas registradas no momento do fundeio até a respectiva desatracação;

VI - prestar as informações solicitadas pela ANTAQ e demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

VII - encaminhar periodicamente à ANTAQ, as informações relativas à prestação de serviços de recepção de resíduos provenientes das embarcações que demandam a Instalação Portuária;

VIII - adotar medidas de segurança contra sinistros;

IX - manter equipamentos e instalações em boas condições de conservação e funcionamento, substituindo-os quando necessário, a fim de preservar a qualidade e eficiência no desenvolvimento das atividades portuárias, e a segurança das pessoas e instalações, de acordo com as normas em vigor;

X - adotar as medidas necessárias e ações adequadas para evitar, mitigar ou estancar a geração de danos ao meio ambiente, causados por situações já existentes ou que venham a ocorrer em decorrência da implantação do empreendimento, observada a legislação aplicável, devendo sempre manter a licença ambiental atualizada;

XI - prestar o apoio necessário aos agentes da ANTAQ ou de entidades por ela delegadas, e das demais autoridades que atuam no setor portuário, encarregados da fiscalização, garantindo-lhes acesso às obras, aos equipamentos, às instalações e aos registros de dados vinculados à presente autorização;

XII - realizar as seguintes atividades, sob a coordenação da autoridade marítima e/ou autoridade portuária, no âmbito do objeto da presente autorização:

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução da Instalação Portuária;

b) delimitar as áreas de fundeadouro e de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima;

c) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação das embarcações, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

d) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas das embarcações que irão trafegar, em função das limitações e características físicas das instalações de acostagem da Instalação Portuária;

XIII - realizar as seguintes atividades, sob coordenação da autoridade aduaneira, no âmbito do objeto da presente autorização, sempre que a Instalação Portuária for alfandegada:

a) delimitar a área de alfandegamento; e

b) organizar e sinalizar os fluxos de cargas, de veículos e de pessoas;

XIV - atender à intimação para regularizar a execução de obra ou a operação da Instalação Portuária;

XV - acatar as intervenções da autoridade marítima nas operações portuárias e movimentações de embarcações consideradas prioritárias em situações de assistência e salvamento;

XVI – abster-se de armazenar e movimentar cargas perigosas em desacordo com as normas técnicas que regulam o trânsito de produtos sujeitos a restrições;

XVII - abster-se de práticas que possam configurar restrição à competição ou à livre concorrência, ou ainda, infração à ordem econômica;

XVIII - assegurar a execução da atividade portuária, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e modicidade de preços, durante todo o prazo de vigência contratual;

XIX - cumprir com o cronograma de construção e investimentos relativos à Instalação Portuária objeto da presente autorização, conforme previsto no Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de nº [...] do Processo nº [.....]; e

XX - cumprir os parâmetros e as metas de qualidade dos serviços prestados, conforme regulamento a ser editado pela ANTAQ.

XXI – Preservar a liberdade de preços das atividades nos termos do Art. 45 da Lei 10.233/2001.

XXII – Disciplinar a operação portuária nos termos do Art. 30 da Lei 12.815/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber do PODER CONCEDENTE e da AUTORIZADAS informações relativas à defesa de interesses individuais ou coletivos;

II - obter a prestação de serviços com liberdade de escolha, observada a legislação em vigor;

III - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregularidades praticadas pela AUTORIZADA no desenvolvimento da atividade portuária; e

IV - representar perante a ANTAQ para que esta solucione administrativamente conflitos de interesse e controvérsias relacionadas à prestação dos serviços pela AUTORIZADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento a qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes do presente contrato, sujeitará a AUTORIZADA a penalidades, observado o disposto nas normas editadas pela ANTAQ, que disciplinam os procedimentos de fiscalização e o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da AUTORIZADA, ou por iniciativa do PODER CONCEDENTE, por meio de anulação ou cassação, em sede de processo administrativo, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, ouvida a ANTAQ.

Subcláusula Primeira

A penalidade de anulação será aplicada quando a autorização estiver eivada de vícios que a tornem ilegal, incluindo a apresentação de documentação irregular ou com uso de má-fé pela AUTORIZADA, independentemente de outras penalidades cabíveis.

Subcláusula Segunda

A penalidade de cassação da autorização poderá ser aplicada pelo PODER CONCEDENTE, mediante proposta da ANTAQ, considerando a gravidade da infração, quando:

I - não forem honradas, nos prazos assinalados, as penalidades aplicadas à AUTORIZADA, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Quarta do presente contrato;

II - não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação da Instalação Portuária;

III - for impedido ou dificultado o exercício da fiscalização pela ANTAQ;

IV – não forem fornecidos os documentos e prestadas as informações exigidas no presente contrato ou em normativo editado pela ANTAQ, ou quando solicitados pela Agência;

V - houver descumprimento ao cronograma relativo à construção, operação e realização de

investimentos na Instalação Portuária objeto da presente autorização;

VI - houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização ou sua transferência irregular;

VII - prática das seguintes condutas sem prévia e expressa aprovação do PODERCONCEDENTE:

a) transferência de titularidade da presente autorização ou dos bens e instalações que a integram;

b) alteração do tipo de carga movimentada; ou

c) ampliação da área da Instalação Portuária.

VIII - houver infração de qualquer outra norma que vier a ser instituída pela ANTAQ e que preveja a penalidade de cassação em razão do seu descumprimento.

Subcláusula Terceira

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em face da AUTORIZADA nos seguintes casos:

I - quando da prática de atos ilícitos visando frustrar a execução do objeto da autorização; II - mediante

a apresentação de informações ou dados falsos;

III - pela prática de atos com abuso de poder econômico ou infringindo as normas de defesa da concorrência, apuradas e julgadas na forma da legislação aplicável.

Subcláusula Quarta

A declaração de inidoneidade implicará na cassação da autorização.

Subcláusula quinta

A aplicação da penalidade de cassação ou de declaração de inidoneidade sujeitará a AUTORIZADA às disposições do art. 78-J, da Lei nº 10.233, de 2001.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS

Das penalidades aplicadas e das decisões proferidas em procedimentos relativos ao presente contrato, a AUTORIZADA poderá apresentar pedido de reconsideração dirigido à Diretoria da ANTAQ ou recurso ao PODER CONCEDENTE, conforme o caso, observados os trâmites previstos nas normas editadas pela

ANTAQ.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IRREVERSIBILIDADE DOS BENS

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis que integram a Instalação Portuária não serão objeto de reversão à UNIÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação de extrato do presente contrato e de seus respectivos aditamentos no Diário Oficial da União - DOU, sendo esta condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para dirimir controvérsias jurídicas decorrentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas e nominadas.

Brasília/DF, _____ de _____ de 201X.

MAURICÍO QUINTELLA MALTA LESSA

Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

_____ [NOME] [Cargo] - AUTORIZADA

_____ [NOME] [Cargo] - AUTORIZADA

ADALBERTO TOKARSKI

Diretor Geral – ANTAQ

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF: